



## MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

### ESTADO DO PARANÁ

Rua Paraguai - 1401 - Santa Helena - PR - CEP 85.892-000

Fone: 3268-8200 - CNPJ: 76.206.457/0001-19

#### TERMO DE REFERÊNCIA

#### REQUISIÇÃO DE COMPRAS Nº 98/2026.

##### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

*Lei Federal nº 14.133/21, alínea 'a' do inciso XXIII do artigo 6º e Decreto Municipal nº 95/2023, alínea 'a' do § 1º do art. 33.*

1.1. Aquisição de prêmios para atender ao Projeto "JUSTIÇA E CIDADANIA TAMBÉM SE APRENDEM NA ESCOLA" em cooperação Técnica entre Poder Judiciário do Estado do Paraná.

##### 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

*Lei Federal nº 14.133/21, alínea 'b' do inciso XXIII do artigo 6º e Decreto Municipal nº 95/2023, alínea 'b' do § 1º do art. 33.*

A presente contratação justifica-se pela necessidade de atendimento às ações previstas no Projeto "Justiça e Cidadania Também se Aprendem na Escola", desenvolvido por meio do Acordo de Cooperação Nº 13031292 - G2V-CJ, firmado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e o Município de Santa Helena.

O projeto tem como finalidade promover a formação cidadã dos estudantes das turmas de 5º ano do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, por meio de ações educativas voltadas à conscientização acerca dos direitos e deveres, ética, cidadania, justiça e convivência social, oportunizando aos alunos experiências pedagógicas relacionadas ao funcionamento do sistema de justiça e dos órgãos de proteção e defesa de direitos.

O mesmo será desenvolvido em conformidade com a Lei Municipal nº 3.414, de 06 de abril de 2026, que autoriza o Poder Executivo a celebrar Termo de Cooperação Técnica com o Poder Judiciário do Estado do Paraná e o Município de Santa Helena, visando à implementação de ações educativas voltadas à formação cidadã dos estudantes.

Conforme previsto na referida legislação, Art. 2º, para a execução do projeto poderão ser despendidos recursos financeiros no valor de até 1.100 UFM (Unidade Fiscal do Município) por ano, destinados ao custeio das ações, materiais, atividades pedagógicas e demais demandas necessárias ao desenvolvimento das atividades propostas.

Para a execução do projeto, compete ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná:

- Selecionar magistrados, promotores de justiça, advogados, defensores públicos, servidores e demais profissionais para atuação voluntária nas atividades do projeto;
- Promover palestras, encontros e reuniões formativas junto às instituições de ensino participantes;
- Acompanhar, orientar e apoiar o desenvolvimento das etapas do projeto;
- Informar previamente ao Município o cronograma das atividades a serem realizadas;
- Desenvolver demais ações compatíveis com o objeto da cooperação, sem ônus financeiro ao Município.

O projeto será desenvolvido junto às turmas de 5º ano da Rede Municipal de Ensino, contemplando aproximadamente 397 (trezentos e noventa e sete) alunos, distribuídos em 18 (dezoito) turmas de 9 (nove) instituições de ensino, conforme dados do Sistema Estadual de Registro Escolar – SERE (abril/2026).

As atividades serão executadas em etapas, conforme descrito a seguir:

1ª Etapa – Reunião com pais e/ou responsáveis - Realização de reuniões com pais e responsáveis legais dos alunos participantes, com a finalidade de apresentar os objetivos, metodologia e ações previstas no projeto.





## MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

### ESTADO DO PARANÁ

Rua Paraguai - 1401 - Santa Helena - PR - CEP 85.892-000

Fone: 3268-8200 - CNPJ: 76.206.457/0001-19

2ª Etapa – Visitas ao Fórum da Comarca - Realização de visitas orientadas dos alunos ao Fórum da Comarca, com palestras ministradas por Juiz de Direito, Promotor de Justiça, advogados e equipes policiais, proporcionando espaço de diálogo, orientação e esclarecimentos acerca do papel das instituições de justiça e segurança pública.

Cronograma das visitas:

- 29/04/2026 – 08h30min: Escolas Professora Inês Mocellin, João Pessoa e Pedro Álvares Cabral;
- 29/04/2026 – 13h30min: Escolas Pedro Álvares Cabral, Tancredo Neves e Tiradentes;
- 04/05/2026 – 08h30min: Escolas Marechal Deodoro da Fonseca, Nereu Ramos, Professor José Engel e Anita Garibaldi;
- 04/05/2026 – 13h30min: Escolas Marechal Deodoro da Fonseca, Professor José Engel e Professora Inês Mocellin;
- 06/05/2026 – 08h30min: Escolas Tancredo Neves e Tiradentes.

3ª Etapa – Produção e seleção dos trabalhos - Os alunos desenvolverão produções pedagógicas relacionadas aos temas trabalhados no projeto, compreendendo a elaboração de cartazes e redações individuais. As atividades ocorrerão durante o mês de maio de 2026.

Os trabalhos serão avaliados por comissão julgadora composta por professores e equipes pedagógicas das instituições de ensino, observando-se as seguintes fases:

- 1ª fase: seleção dos 03 (três) melhores trabalhos de cada turma, nas categorias cartaz e redação;
- 2ª fase: seleção dos 03 (três) melhores trabalhos de cada escola em ambas as modalidades, realizada pela equipe pedagógica escolar, os quais serão posteriormente encaminhados ao magistrado responsável pelo projeto.

A entrega dos trabalhos aos professores deverá ocorrer até o dia 22 de maio de 2026. Posteriormente, deverão ser encaminhados ao Fórum os 03 (três) melhores cartazes e as 03 (três) melhores redações de cada instituição de ensino, entre os dias 08 e 09 de junho de 2026.

4ª Etapa – Encerramento e premiação - Consiste na realização do evento de encerramento do projeto, com apresentações culturais, entrega de certificados e premiação dos alunos participantes.

Serão concedidas medalhas e premiações aos 03 (três) melhores colocados na categoria cartaz e aos 03 (três) melhores colocados na categoria redação, por escola. Todos os alunos participantes receberão certificado de participação. As medalhas e os certificados serão fornecidos pelo Poder Judiciário.

O encerramento está previsto para o dia 10 de julho de 2026, com a apresentação de um grupo de teatro contemplado pelo Programa “Talentos de Santa Helena”, iniciativa que visa fomentar, valorizar e ampliar as oportunidades de participação de artistas locais em eventos culturais, por meio do incentivo e financiamento de ações culturais no município. O cronograma está previsto para os seguintes horários:

- 08h30min – turmas do período matutino;
- 13h30min – turmas do período vespertino;

Dessa forma, a aquisição dos prêmios pedagógicos visa reconhecer, valorizar e incentivar o desempenho, o empenho e a participação dos estudantes nas atividades propostas pelo projeto, estimulando a criatividade, a reflexão crítica, o protagonismo estudantil e o desenvolvimento de competências relacionadas à cidadania e à convivência social.

Os jogos educativos foram definidos pela equipe pedagógica considerando sua adequação à faixa etária dos estudantes, bem como seu potencial pedagógico para o desenvolvimento do raciocínio lógico, interpretação, socialização, cooperação e tomada de decisão.

Dentre os itens selecionados, o jogo Banco Imobiliário contribui para o desenvolvimento do raciocínio lógico, da tomada de decisões, da concentração e de noções básicas de educação financeira, além de estimular o pensamento estratégico, a socialização e o respeito às regras. O jogo Perfil Júnior





## MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

### ESTADO DO PARANÁ

Rua Paraguai - 1401 - Santa Helena - PR - CEP 85.892-000

Fone: 3268-8200 - CNPJ: 76.206.457/0001-19

favorece habilidades relacionadas à interpretação, memória, associação de informações, comunicação e trabalho em equipe, promovendo aprendizagem lúdica e participativa. Já o jogo Detetive estimula a investigação, análise de informações, formulação de hipóteses, resolução de problemas, concentração e estratégia. Em conjunto, os jogos selecionados apresentam relevante potencial pedagógico, alinhando-se aos objetivos do Projeto “Justiça e Cidadania Também se Aprendem na Escola”, especialmente quanto ao fortalecimento da cidadania, convivência social, participação e desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais dos estudantes.

Assim, a aquisição dos referidos materiais configura-se como medida necessária ao fortalecimento das ações pedagógicas desenvolvidas no âmbito do projeto e ao alcance dos objetivos educacionais propostos.

Considerando que o projeto contempla 9 (nove) instituições de ensino, sendo previstas 3 (três) premiações para a categoria cartaz e 3 (três) premiações para a categoria redação em cada escola, estima-se a necessidade de aquisição de 54 (cinquenta e quatro) premiações.

A presente contratação mostra-se necessária para garantir a execução da etapa final do Projeto “Justiça e Cidadania também se Aprendem na Escola”, assegurando a valorização dos estudantes participantes e contribuindo para o fortalecimento das ações de formação cidadã desenvolvidas no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Santa Helena.

## 2.1 DA LEGALIDADE

A contratação deverá ser feita por meio de Dispensa de Licitação, com fundamento no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, que prevê o que segue:

*Art. 75. É dispensável a licitação:*

*(...)*

*II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 62.725,29 (sessenta e dois mil setecentos e vinte cinco reais e vinte nove centavos), no caso de outros serviços e compras.*

Contudo, os valores previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 são atualizados anualmente por meio de Decreto Federal, nos termos do art. 182 da referida Lei.

Para o exercício de 2026, os valores foram atualizados pelo Decreto Federal nº 12.807/2025, que fixou o limite previsto no art. 75, inciso II, em R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).

Dessa forma, considerando que o valor estimado da presente contratação encontra-se dentro do limite legal vigente para dispensa de licitação por valor, mostra-se juridicamente viável a adoção da contratação direta, observadas as demais exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

*Lei Federal nº 14.133/21, alínea ‘c’ do inciso XXIII do artigo 6º e Decreto Municipal nº 95/2023, alínea ‘c’ do § 1º do art. 33.*

Em atendimento ao disposto na alínea “c” do inciso XXIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, bem como à alínea “c” do §1º do art. 33 do Decreto Municipal nº 95/2023 do Município de Santa Helena, a solução proposta compreende a aquisição de jogos educativos destinados à premiação dos alunos participantes do Projeto “JUSTIÇA E CIDADANIA TAMBÉM SE APRENDEM NA ESCOLA”, desenvolvido por meio de cooperação técnica entre o Município de Santa Helena e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

A solução contempla o fornecimento de premiações através de jogos educativos, adequadas à faixa etária dos estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, visando reconhecer e incentivar a participação, o desempenho e o envolvimento dos alunos nas atividades desenvolvidas no âmbito do projeto.





## MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

### ESTADO DO PARANÁ

Rua Paraguai - 1401 - Santa Helena - PR - CEP 85.892-000

Fone: 3268-8200 - CNPJ: 76.206.457/0001-19

Os materiais a serem adquiridos deverão possuir características pedagógicas, lúdicas e educativas, favorecendo o desenvolvimento do raciocínio lógico, da criatividade, da interação social, da concentração, da tomada de decisão e da reflexão crítica, em consonância com os objetivos formativos do projeto relacionados à cidadania, ética, direitos e deveres.

A solução abrange não apenas a aquisição dos materiais, mas também a garantia de que os itens fornecidos apresentem qualidade, durabilidade, segurança e adequação ao público-alvo.

Considera-se, ainda, que a utilização de jogos educativos como premiação contribui para o fortalecimento das ações de incentivo à aprendizagem, valorizando o protagonismo estudantil e estimulando a participação dos alunos nas atividades propostas, de forma educativa e motivadora.

A contratação foi concebida visando assegurar a adequada execução das ações previstas no Projeto “Justiça e Cidadania Também se Aprendem na Escola”, especialmente no que se refere à etapa de encerramento e premiação dos estudantes, garantindo eficiência, economicidade e atendimento ao interesse público.

Dessa forma, a solução adotada apresenta-se como a alternativa mais adequada para atender às necessidades do projeto, contribuindo para o alcance dos objetivos educacionais, pedagógicos e formativos estabelecidos na cooperação técnica firmada entre o Município e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

#### 4. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO E ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

*Decreto Municipal nº 95/2023, alínea 'k' do § 1º do art. 33.*

*Lei Federal nº 14.133/21, alínea 'i' do inciso XXIII do artigo 6º e Decreto Municipal nº 95/2023, alínea 'i' do § 1º do art. 33.*

**4.1.** O valor estimado da contratação é de **R\$ 5.934,60 (cinco mil, novecentos e trinta e quatro reais e vinte centavos)**

**4.2.** As pesquisas de preços e os parâmetros utilizados para a formação do valor estimado da contratação encontram-se detalhados no Mapa de Preços anexo a este Termo de Referência.

ITEM	CATMAT/ CATSER	UNID	QTD	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	477132 (Aprox.)	Un	18	Jogo de tabuleiro Banco Imobiliário Tradicional: CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 32 Casas Plásticas 12 Hotéis Plásticos 01 Tabuleiro 02 Dados 30 Cartões Sorte ou Revés 30 Cartões – Títulos de Propriedade 06 Peões 01 Manual de Instruções. Idioma: português; certificado pelo INMETRO.	R\$ 139,90	R\$ 2.518,20
2	477132 (Aprox.)	Un	18	Jogo de tabuleiro Perfil Júnior: 1 tabuleiro, 200 cartelas com dicas, 6 peões, 20 fichas vermelhas, 5 fichas azuis e 1 manual de instruções. 36,0x 23,0 x 6,8 cm. Idioma Português; certificado pelo Inmetro.	R\$ 99,90	R\$ 1.798,20
3	477132 (Aprox.)	Un	18	Jogo Detetive com aplicativo: 1 tabuleiro, 27 cartas, 8 peões, 8	R\$ 89,90	R\$ 1.618,20





## MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

### ESTADO DO PARANÁ

Rua Paraguai - 1401 - Santa Helena - PR - CEP 85.892-000

Fone: 3268-8200 - CNPJ: 76.206.457/0001-19

				armas, 1 dado, 1 envelope, 1 bloco de anotações e 1 manual de instruções. Material: Cartão e plástico; Genero: Minstério; Idioma: Português; Medidas do item C x L: 27C x 7L centímetro. Peso do Item: 790 gramas. Certificado pelo INMETRO.	
--	--	--	--	--	--

#### 5. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

*Lei Federal nº 14.133/21, alínea 'j' do inciso XXIII do artigo 6º e Decreto Municipal nº 95/2023, alínea 'j' do § 1º do art. 33.*

**5.1.** A contratação está prevista nas seguintes leis orçamentárias:

**5.1.1. PPA** – Lei 3.374/2025 de 16/12/2025;

**5.1.2. LDO** – Lei 3.329 de 17/07/2025, alterada pela lei 3.367/2025 de 01/12/2025;

**5.1.3. LOA** – Lei 3.373/2025 de 15/12/2025;

**5.1.4. Lei Federal nº 14.133/2021** – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

**5.1.5. PCA** – Item incluso no PCA 2026, através do Memorando nº 2.464/2026 - SMEC

**5.1.4.** Lei Municipal nº 3.414/2026 – que autoriza o Poder Executivo a firmar Termo de Cooperação Técnica com o Poder Judiciário do Estado do Paraná;

**5.2.** Serão utilizados recursos da seguinte dotação orçamentária:

Recurso	
<b>Código Reduzido:</b>	250
<b>Órgão:</b>	06 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
<b>Unidade:</b>	6 – Central de Coordenação Cultural
<b>Ação:</b>	2063 – Atividades da Central de coordenação Cultural
<b>Vínculo:</b>	505 – Royalties Tratado de Itaipu Binacional
<b>Elemento</b>	33390310000000000000 – Premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras
<b>Subelemento:</b>	33395319900000000000 – Outras Premiações
Recurso	
<b>Código Reduzido:</b>	174
<b>Órgão:</b>	06 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
<b>Unidade:</b>	2 – Central Administrativa da Educação
<b>Ação:</b>	2045 – Atividades do Ensino Fundamental
<b>Vínculo:</b>	505 – Royalties Tratado de Itaipu Binacional
<b>Elemento</b>	33390320000000000000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita
<b>Subelemento:</b>	33390329900000000000 - Outros materiais de distribuição gratuita

#### 6. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

*Lei Federal nº 14.133/21, alínea 'h' do inciso XXIII do artigo 6º e Decreto Municipal nº 95/2023, alínea 'h' do § 1º do art. 33.*

##### 6.1. Critério de julgamento da proposta

**6.1.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de CONTRATAÇÃO DIRETA, na modalidade DISPENSA sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, por ITEM.







## MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

### ESTADO DO PARANÁ

Rua Paraguai - 1401 - Santa Helena - PR - CEP 85.892-000

Fone: 3268-8200 - CNPJ: 76.206.457/0001-19

#### 6.2. Forma de seleção

##### 6.2.1. As exigências de habilitação jurídica são as que seguem:

- a) Ato constitutivo e alterações posteriores; Estatuto e Ata de Eleição; ou Contrato Social Consolidado;
- b) Prova de Inscrição no Cadastro Municipal ou Alvará de Funcionamento da sede do licitante;
- c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- d) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal através de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais), emitida pela Receita Federal;
- e) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- f) Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da licitante.
- g) Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante.
- h) Prova de regularidade trabalhista através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- i) Comprovante de Inscrição Cadastral, do estado da sede da licitante, ou documento que comprove a inscrição junto ao Estado sede da licitante.

##### 6.2.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão os seguintes:

**6.2.2.1.** Certidão negativa expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, (Falência e Concordata) com data não superior a 180 (cento e oitenta) dias, da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar no documento.

**6.2.3.** Após a fase de lances, o licitante mais bem classificado será acionado, por meio do sistema eletrônico, para que, no prazo de 02 (duas) horas, envie os documentos exigidos neste Termo de Referência;

**6.2.4.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Termo de Referência e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

**6.2.5.** Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

a) Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

#### 7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

*Lei Federal nº 14.133/21, alínea 'e' do inciso XXIII do artigo 6º e Decreto Municipal nº 95/2023, alínea 'e' do § 1º do art. 33.*

**7.1.** A execução do objeto consistirá no fornecimento de jogos educativos para premiação dos alunos que se destacarem em cada escola, sendo 3 (três) na categoria cartaz e 3 (três) na categoria redação, como parte final do Projeto “Justiça e Cidadania também se aprendem na escola”, conforme especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser observadas as condições abaixo:

**7.2.** A execução será realizada de forma **indireta**, mediante contratação de empresa especializada no fornecimento de jogos educativos, devidamente autorizada para comercialização desses materiais no território nacional.

##### 7.3. Os materiais deverão:

- Ser originais, novos e lacrados;





## MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

### ESTADO DO PARANÁ

Rua Paraguai - 1401 - Santa Helena - PR - CEP 85.892-000

Fone: 3268-8200 - CNPJ: 76.206.457/0001-19

- Estar em conformidade com as normas técnicas vigentes;
- Estar devidamente aprovados e certificados pelo INMETRO, quando aplicável;
- Possuir embalagem íntegra e adequada ao transporte e armazenamento;
- Conter todas as peças, acessórios, componentes e manuais necessários ao seu perfeito funcionamento e utilização;
- Ser adequados à faixa etária dos estudantes do Ensino Fundamental – anos iniciais;
- Apresentar materiais resistentes, seguros e de boa durabilidade;
- Estar livres de defeitos de fabricação, avarias, partes quebradas ou peças faltantes;
- Possuir características pedagógicas e educativas compatíveis com os objetivos do Projeto “Justiça e Cidadania Também se Aprendem na Escola”;
- Ser entregues em condições adequadas de uso e conservação.

**7.4.** A entrega deverá ocorrer em até **15 (quinze) dias** após o recebimento da Ordem de Compra, podendo ser ajustado conforme necessidade da Administração.

## 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA

**8.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/21 e seus regulamentos e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**8.2.** São obrigações do **CONTRATANTE**:

**8.2.1.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

**8.2.2.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**8.2.3.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital, da proposta e do contrato, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**8.2.4.** Comunicar a Contratada, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

**8.2.5.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

**8.2.6.** Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital, seus anexos e no contrato;

**8.2.7.** Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pela contratada, no que couber;

**8.2.8.** Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

**8.2.9.** Ressarcir a contratada, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

**8.2.10.** Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

**8.2.11.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;

**8.3.** São obrigações da **CONTRATADA**:

**8.3.1.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, bem como do contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia





## MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

### ESTADO DO PARANÁ

Rua Paraguai - 1401 - Santa Helena - PR - CEP 85.892-000

Fone: 3268-8200 - CNPJ: 76.206.457/0001-19

ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

**8.3.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal n.º 8.078/90);

**8.3.3.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**8.3.4.** Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**8.3.5.** Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

**8.3.6.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**8.3.7.** Manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no SICAF, conforme legislação vigente;

**8.3.8.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**8.3.9.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

**8.3.9.1.** Alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

**8.3.9.2.** Retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

**8.3.9.3.** Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133/21;

**8.3.10.** Cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em Lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz.

**8.3.11.** Adotar as seguintes práticas de sustentabilidade, quando couber:

**8.3.11.1.** Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;

**8.3.11.2.** Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

**8.3.11.3.** Os materiais deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

**8.3.12.** Independentemente do recebimento ou aceitação do objeto, a contratada garantirá a qualidade dos materiais fornecidos, obrigando-se a substituir, às suas expensas, aqueles que apresentarem defeitos, avarias, vícios, peças faltantes ou forem entregues em desacordo com as especificações constantes na proposta, no Edital ou neste Termo de Referência.

**8.3.13.** No caso de descumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento do objeto, nos termos das disposições deste Edital e do Termo de Referência, a contratada deverá substituir, complementar ou regularizar os materiais entregues no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados do recebimento da notificação, sem ônus para o Município e sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

## 9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E REGRAS DE RECEBIMENTO DO OBJETO

*Lei Federal nº 14.133/21, alínea 'f' do inciso XXIII do artigo 6º e Decreto Municipal nº 95/2023, alíneas 'f' e 'i' do § 1º do art. 33.*







## MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

### ESTADO DO PARANÁ

Rua Paraguai - 1401 - Santa Helena - PR - CEP 85.892-000

Fone: 3268-8200 - CNPJ: 76.206.457/0001-19

#### 9.1. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

**9.1.1.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, verificando o cumprimento das exigências de caráter técnico, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**9.1.2.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**9.1.3.** O recebimento definitivo ocorrerá, no prazo de 10 (dez) dias, por servidor ou comissão designada por autoridade competente, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**9.1.3.1.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**9.1.3.2.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**9.1.4.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133/21, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**9.1.5.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**9.1.6.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### 9.2. DA GESTÃO

**9.2.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**9.2.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila ou termo aditivo.

**9.2.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**9.2.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**9.2.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### 9.3. Constituem atribuições do FISCAL DO CONTRATO:

**9.3.1.** Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.





## MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

### ESTADO DO PARANÁ

Rua Paraguai - 1401 - Santa Helena - PR - CEP 85.892-000

Fone: 3268-8200 - CNPJ: 76.206.457/0001-19

**9.3.2.** Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**9.3.3.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

**9.3.4.** Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**9.3.5.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**9.3.6.** Comunicar ao gestor do contrato, por meio formal, no prazo de no mínimo 90 (noventa) dias antecedentes a data de vencimento, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, se for o caso.

**9.3.7.** Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**9.3.8.** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

**9.3.9.** Deverá ainda, ser observado o disposto no artigo 20 do Decreto Municipal nº 92/2023.

**9.3.10.** Fica designado como Fiscal de Contrato as servidoras: Katia Cristina da Silva Disegna, Email: [katia.disegna@santahelena.pr.gov.br](mailto:katia.disegna@santahelena.pr.gov.br); Decreto nº 520/2025 e Dirce Coronado Prestes, Email: [dirceprestes12@gmail.com](mailto:dirceprestes12@gmail.com), Decreto nº 520/2025.

#### **9.4. Constituem atribuições do GESTOR DO CONTRATO:**

**9.4.1.** Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**9.4.2.** Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**9.4.3.** Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**9.4.4.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais de contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**9.4.5.** Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**9.4.6.** Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

**9.4.7** Deverá ainda, ser observado o disposto no artigo 19 do Decreto Municipal nº 92/2023

**9.4.8.** Gestora de contrato: Glades Rech – Email: [glades.rech@santahelena.pr.gov.br](mailto:glades.rech@santahelena.pr.gov.br) (Decreto 465/2025).





## MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

### ESTADO DO PARANÁ

Rua Paraguai - 1401 - Santa Helena - PR - CEP 85.892-000

Fone: 3268-8200 - CNPJ: 76.206.457/0001-19

#### 10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, DE PAGAMENTO E DE REAJUSTE

*Lei Federal nº 14.133/21, alínea 'g' do inciso XXIII do artigo 6º e Decreto Municipal nº 95/2023, alíneas 'g' e 'o' do § 1º do art. 33.*

##### 10.1. Liquidação

**10.1.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias para fins de verificação e ateste do fiscal e gestor de contrato, prorrogáveis por igual período.

**10.1.2.** Deverá ser verificado se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**10.1.3.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**10.1.4.** A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Relatório circunstanciado do Fiscal e do Gestor do Contrato atestando o recebimento dos itens, conforme solicitado, anexando ao menos 02 fotos
- b) Comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21.

**10.1.5.** As notas fiscais devem ser emitidas em nome do Município De Santa Helena, CNPJ nº 76.206.457/0001-19, Rua Paraguai nº 1401, Centro, Santa Helena/PR, constando número da licitação, do contrato ou ordem de compra e do Convênio, se for o caso.

**10.1.6.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**10.1.6.1.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**10.1.6.2.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**10.1.6.3.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**10.1.6.4.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

a) Será permitido o pagamento sem a devida regularidade uma única vez durante a execução contratual.

**10.1.7.** O município de Santa Helena poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, dívidas ou indenizações devidas pelo fornecedor.





## MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

### ESTADO DO PARANÁ

Rua Paraguai - 1401 - Santa Helena - PR - CEP 85.892-000

Fone: 3268-8200 - CNPJ: 76.206.457/0001-19

**10.1.7.1** No caso de ocorrência de irregularidade ou inexecução parcial ou total do objeto do contrato, o pagamento do saldo remanescente ficará suspenso, até ulterior decisão, para fins do contido no item 10.1.7.

**10.1.7.2.** O contido no item 10.1.7 e 10.1.7.1 será objeto de investigação através do competente processo administrativo;

**10.1.8.** Após o ateste do fiscal e gestor do contrato, os documentos elencados deverão ser enviados para a Secretaria Municipal de Finanças para fins de liquidação, a qual deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias.

#### **10.2. Prazo de pagamento**

**10.2.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

**10.2.2.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%.$$

#### **10.3. Forma de pagamento**

**10.3.1.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada ou por meio de boleto em favor da contratada.

**10.3.2.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**10.3.3.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**10.3.3.1** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**10.3.4.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **10.4. DO REAJUSTAMENTO.**

**10.4.1** Não haverá reajuste, considerando a natureza da contratação, o prazo de entrega e a execução imediata do objeto.

### **11. SUBCONTRATAÇÃO**

*Lei Federal nº 14.133/21, artigo 122 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso V do art. 34.*

**11.1** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.





## MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

### ESTADO DO PARANÁ

Rua Paraguai - 1401 - Santa Helena - PR - CEP 85.892-000

Fone: 3268-8200 - CNPJ: 76.206.457/0001-19

## 12. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA, CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

*Decreto Municipal nº 95/2023, alínea 'm' do § 1º do art. 33.*

**12.1.** O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

## 13. SUSTENTABILIDADE

*Lei Federal nº 14.133/21, artigo 5º e inciso IV do art. 11 e Decreto Municipal nº 95/2023, alínea 'n' do § 1º do art. 33 e inciso III do art. 34.*

**13.1.** A contratação observará, no que couber, critérios de sustentabilidade ambiental compatíveis com a natureza do objeto, especialmente quanto à utilização de embalagens adequadas, redução de desperdícios e destinação ambientalmente adequada de resíduos decorrentes do fornecimento.

## 14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

*Lei Federal nº 14.133/21, artigo 155 e Decreto Municipal nº 95/2023, inciso VII do art. 34.*

**14.1.** A **multa** poderá ser aplicada em conjunto com todas as demais sanções.

**14.2. Aplicação de advertência acrescida de multa:**

Descumprimento	Aplicação
Descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração a Lei quando não se justifica aplicação de sanção mais grave	Multa de 1% do valor do contrato + advertência
Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave	Multa de 3% do valor do contrato + advertência
Atraso na entrega de até 30 dias	Multa de mora diária de até 0,5%, calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso

**14.3.** A apuração de responsabilidade por infrações passíveis das sanções de advertência e multa deverá observar o disposto no art. 62 do Decreto Municipal nº 98/2023.

**14.4. Aplicação de impedimento de licitar e contratar, acrescida de multa:**

Descumprimento	Aplicação
Dar causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração.	Multa de 5% do valor do contrato + impedimento de licitar
Inexecução total do contrato.	Multa de 30% do valor do contrato + impedimento de licitar
Deixar de entregar documentação exigida para o certame	Multa de 10% do valor do contrato + impedimento de licitar
Não manter proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa de 10% do valor do contrato + impedimento de licitar





**MUNICÍPIO DE SANTA HELENA****ESTADO DO PARANÁ**

Rua Paraguai - 1401 - Santa Helena - PR - CEP 85.892-000

Fone: 3268-8200 - CNPJ: 76.206.457/0001-19

Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa de 20% do valor do contrato + impedimento de licitar
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	Multa de 15% do valor do contrato + impedimento de licitar

**14.5. Aplicação de declaração de inidoneidade, acrescida de multa:**

Descumprimento	Aplicação
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.	Multa de 25% do valor do contrato + declaração de inidoneidade.
Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.	Multa de 25% do valor do contrato + declaração de inidoneidade.
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.	Multa de 20% do valor do contrato + declaração de inidoneidade.
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.	Multa de 25% do valor do contrato + declaração de inidoneidade.
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.	Multa de 30% do valor do contrato + declaração de inidoneidade.

**14.6.** A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar deverá observar o disposto no art. 63 e seguintes do Decreto Municipal nº 98/2023.

**14.7.** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa, civil e criminal de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846/2013.

**14.8.** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e junto ao Cadastro de Restrições do Direito de Licitar e Contratar com a Administração Pública do Estado do Paraná, conforme art. 84 do Decreto Municipal nº 98/2023.

**14.9.** As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública Municipal.

**15. ALOCAÇÃO DE RISCOS***Lei Federal nº 14.133/21, artigo 103 e Decreto Municipal nº 95/2023, alínea inciso VII do art. 35.*

Risco o 1	<b>Risco</b>	Atraso na entrega dos materiais		
	<b>Probabilidade</b>	Média	<b>Impacto</b>	Alto



**MUNICÍPIO DE SANTA HELENA****ESTADO DO PARANÁ**

Rua Paraguai - 1401 - Santa Helena - PR - CEP 85.892-000

Fone: 3268-8200 - CNPJ: 76.206.457/0001-19

	<b>Danos</b>		
	1. Comprometimento da realização da etapa de encerramento e premiação do Projeto “Justiça e Cidadania Também se Aprendem na Escola”; 2. Prejuízo ao cronograma das atividades previstas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura; 3. Possível frustração das expectativas pedagógicas e motivacionais dos estudantes participantes.		
	<b>Ações preventivas</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo</b>
	Planejamento antecipado da contratação e definição prévia das especificações do objeto	Área demandante	Imediato
	Acompanhamento do procedimento de contratação e fiscalização dos prazos de entrega	Fiscalização da contratação	Durante a execução
	<b>Ações de mitigação ou contingência</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo</b>
	Notificação imediata da contratada em caso de atraso e aplicação das medidas administrativas cabíveis	Área demandante	Durante a execução
	Acompanhamento contínuo da entrega dos materiais e adoção de medidas para evitar prejuízo ao cronograma do projeto	Área demandante	Imediatamente

Risco 2	<b>Risco</b>	Entrega de materiais em desacordo com as especificações ou com defeitos		
	<b>Probabilidade</b>	Baixa	<b>Impacto</b>	Alto
	<b>Danos</b>			
	1. Comprometimento da qualidade das premiações destinadas aos estudantes; 2. Necessidade de substituição dos materiais e possível atraso na execução do projeto; 3. Prejuízo à finalidade pedagógica e educativa da contratação.			
	<b>Ações preventivas</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo</b>	
	Definição clara e objetiva das especificações técnicas no Termo de Referência	Área demandante	Elaboração do TR	
	Conferência dos materiais no ato do recebimento provisório	Fiscalização da contratação	Por ocasião da entrega	
	<b>Ações de mitigação ou contingência</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo</b>	
	Solicitação de substituição imediata dos materiais em desacordo com as especificações	Fiscal e Gestor de contrato	Durante a execução	
	Aplicação das penalidades previstas no Edital e adoção das medidas administrativas cabíveis.	Administração	Durante a vigência contratual	

Santa Helena-PR, 09 de junho de 2026.





**MUNICÍPIO DE SANTA HELENA**

**ESTADO DO PARANÁ**

Rua Paraguai - 1401 - Santa Helena - PR - CEP 85.892-000

Fone: 3268-8200 - CNPJ: 76.206.457/0001-19

**ROSANE MARIA SAPIECZINSKI GRASSELLI**

GERENTE DA CENTRAL ADMINISTRATIVA DA EDUCAÇÃO

APROVO O PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA E AUTORIZO O ENCAMINHAMENTO PARA  
REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO E APROVAÇÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR

**ANA PAULA DA SILVA**

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 09/06/2026 09:44 -03:00 -03  
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/pd214862b1a0a6>

